

# Práticas Educacionais Ambientais realizadas nos Anos Iniciais

Environmental Educational Practices Carried out in Elementary School - Early Years

Nayra Caroline Steffen

1. Mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Paraná. Graduação em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Professora da Rede Estadual de Ensino do Estado do Paraná. <https://orcid.org/0000-0002-3744-6116>

[nayra.caroline.steffen@hotmail.com](mailto:nayra.caroline.steffen@hotmail.com)

## Palavras-chave

Educação ambiental  
Ensino fundamental  
Práticas ambientais

## Keywords

Elementary school  
Environmental education  
Environmental practices

## Resumo:

Com a promulgação da Lei nº 9.795/1999, a Educação Ambiental tornou-se obrigatória em todos os níveis de ensino, passando a ser considerada como componente curricular nacional e definida como tema transversal nas disciplinas. Mas, como ela está sendo trabalhada nestes estabelecimentos? Procurando responder esta pergunta, este artigo tem como objetivo analisar práticas ambientais desenvolvidas no Ensino Fundamental – anos iniciais de um determinado município. Para esta análise, procurou-se descrever e avaliar as práticas formais, não formais e informais que foram executadas nas diversas escolas desse município. Das atividades desempenhadas, a revitalização dos muros das escolas e a elaboração de brinquedos com materiais recicláveis demonstraram impactos negativos posteriores à sua execução. Já as atividades que envolveram a questão social e ambiental, por exemplo, arrecadação de roupas, calçados e brinquedos demonstraram impactos positivos. Nesta perspectiva, tanto a inserção da Educação Ambiental quanto as práticas ambientais realizadas nas escolas do município selecionado, concluíram-se que para seu sucesso é necessário pensá-lo aliados às Políticas Públicas, de modo a não se tornar ações isoladas e sem contextualização.

## Abstract:

With the enactment of Law nº 9.795/1999, Environmental Education became mandatory at all levels of education, starting to be considered as a national curricular component and defined as a transversal theme in the disciplines. But, how is it being worked on in these establishments? Seeking to answer this question, this article aims to analyze some environmental practices developed in Elementary School - early years of a given municipality. For this analysis, we sought to describe and evaluate the formal, non-formal and informal practices that were carried out in the various schools in this municipality. Of the activities carried out, the revitalization of school walls and the development of toys with recyclable materials showed negative impacts after their execution. The activities that involved social and environmental issues, for example, collection of clothes, shoes and toys, showed positive impacts. In this perspective, both the insertion of Environmental Education and the environmental practices carried out in the schools of the selected municipality, it was concluded that for its success it is necessary to think it allied to Public Policies, so not to become isolated actions without contextualization.

Artigo recebido em: 04.07.2022.

Aprovado para publicação em: 27.07.2022.

## INTRODUÇÃO

A Educação Ambiental (EA) surge em um contexto marcado pelo agravamento dos problemas ambientais em escala mundial. Com a crise, a Educação Ambiental ganha mais força e amplia sua participação nas discussões mundiais (visão global) e no cenário educacional (visão local). Desta forma, ela torna-se um componente curricular essencial nas escolas e, por meio dela, sugere a ideia de fazer a sociedade repensar e bus-

car meios para uma vida sustentável, de modo que as condutas almeçadas procurassem não colocar em risco o meio ambiente ou a sua própria existência.

No Brasil, por meio da Lei nº 9795/1999, a Educação Ambiental tornou-se obrigatória em todos os níveis de ensino, passando a ser considerada como componente curricular nacional e definida como tema transversal nas disciplinas. Mas, como ela está sendo trabalhada nestes estabelecimentos? Sob este prisma, este artigo tem como objetivo analisar práticas ambientais desenvolvidas no Ensino Fundamental – anos iniciais de um determinado município.

Procurou-se descrever e avaliar práticas formais, não formais e informais que foram executadas em escolas do município selecionado. Assim, inicialmente, procurou-se apresentar brevemente a evolução da Educação Ambiental, em âmbito nacional e mundial. Na sequência, foram analisadas práticas ambientais desenvolvidas no Ensino Fundamental (1º ao 5º ano). A escolha pelo município fundamentou-se pelo fato dele possuir um Projeto de Educação Ambiental em rede, que abrange todas as escolas de seu território. Também, por sugerir a promoção de políticas públicas em Educação Ambiental conjunta entre o poder público municipal e as escolas.

Aqui cabe ressaltar que como a Educação Ambiental tem um papel importante nas escolas, não é indicado pensa-la apenas como mais uma disciplina a ser ofertada. Logo, no município selecionado, ela tem como objetivo central promover mudanças significativas em atitudes individuais e posturas coletivas, no que tange ao entendimento da relação sociedade-meio ambiente. E, nesta perspectiva, este artigo procura avaliar práticas formais, não formais e informais de Educação Ambiental realizadas nessas escolas, de modo a debater seus resultados. E, por fim, busca-se defender a formação continuada de professores para este repensar, de modo que haja maior diálogo entre os professores sobre as práticas ambientais realizadas, medindo as contribuições ou os impactos em conjunto e repensem as ações ou objetivos almeçados.

## **A INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO ESCOLAR**

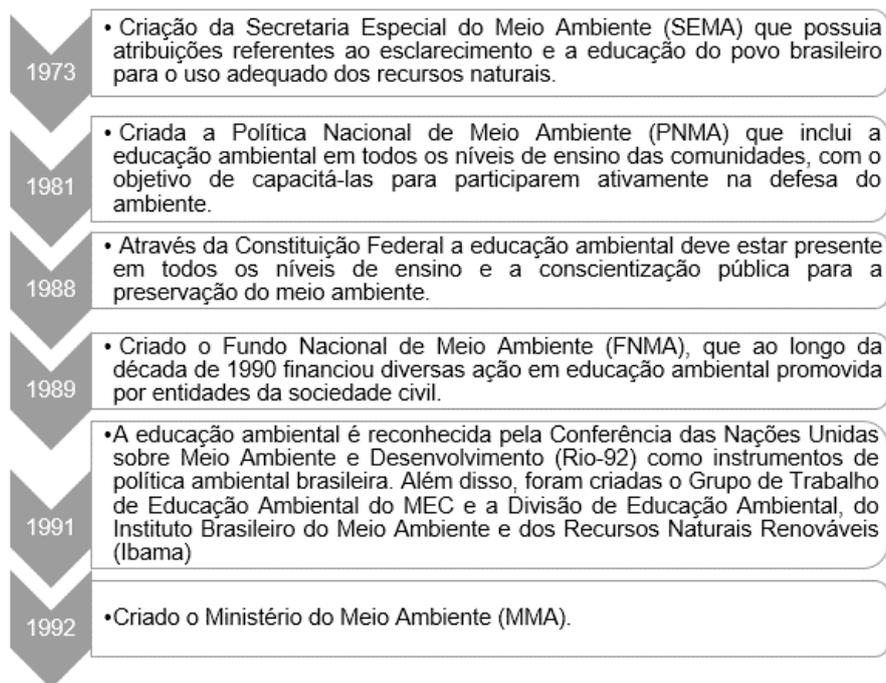
Nas últimas décadas, vivenciamos mudanças climáticas, extinção de animais, desmatamentos desenfreados, contaminação dos recursos hídricos, poluição atmosférica, degradação dos solos, entre outros. Problemas esses que provocam desequilíbrios diretos na natureza ou, por que não dizer, em todos os seres vivos.

De 1972 até os dias atuais, as conferências internacionais sobre Educação Ambiental procuraram estabelecer finalidades, objetivos, princípios e estratégias para a efetivação da EA (BRASIL, 2018, p. 15). Também, procurou estabelecer um processo integrativo, transformador, participativo, abrangente, globalizador, permanente e contextualizado à EA, visto que se esperava que, a partir dela, a sociedade tivesse conhecimento de seu meio ambiente e que, individualmente ou no coletivo, todos promovessem ações que melhorasse a qualidade de vida de toda a população. De tal modo, indicou-se a ideia de que a EA não fique somente no ambiente escolar; mas sim, abranger as famílias, comunidade e demais agentes sociais (MARCATTO, 2002).

Vale ressaltar que, em 1992, durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, o tratado de Educação Ambiental para Cidades mais Sustentáveis e Responsabilidade Global considerou a EA como um processo dinâmico e em construção, orientada por valores baseados na transformação social (BRASIL, 2018). Esta condição promoveu discussões em âmbito internacional, firmando-se acordos em todos os países que se comprometessem a realizar práticas ambientais que viessem a transformar e elevar a sustentabilidade existente.

Todavia, mesmo após anos de debates, as estratégias propostas não foram suficientes. Por exemplo, no Brasil, a EA surgiu na década de 1970, antes de sua própria institucionalização. Nota-se que, especificamente no campo educativo, ela foi realizada por meio de ações isoladas por professores ou estudantes. Fora da escola, foram realizadas ações relacionadas à recuperação, conservação ou melhoria do ambiente por entidades da sociedade civil, prefeituras municipais e governos estaduais (BRASIL, 2018), conforme Figura 1.

**FIGURA 1.** Efetivação da Educação Ambiental brasileira (1973-1992)



Fonte: BRASIL (2018, p. 15-16).

A partir de 1988, a EA passa a fazer parte do contexto escolar, por meio da Constituição Federal. De acordo com a Política Nacional de Educação Ambiental, Lei nº 9795/1999, Art 1º, a EA é regulada como componente curricular escolar, entendendo a Educação Ambiental como processo em que "[...] o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade". Ela foi vista como estratégia para uma mudança na sociedade, para que esta última passe a desenvolver meios de vida mais sustentáveis e que não agredam tanto o meio em que vivem.

Nota-se ainda que a EA faz-se presente em outros documentos no contexto escolar, por exemplo, nas diretrizes que orientam a educação brasileira (Parâmetros Curriculares Nacionais-PCN's/1990 e Base Comum Curricular-BNCC/2017). Conforme Lima e Sobrinho (2017, p. 09), nas PCN's, "[...] a EA encontra-se inserida como tema transversal, interdisciplinar, que pode ser trabalhada em todas as áreas do conhecimento".

No entanto, o que se observa nas escolas é que existe muita dificuldade por parte dos seus atores em trabalhá-la. Nota-se que a pouca qualificação para trabalhar essa questão dificulta a transversalidade desejada. Importante ressaltar que, com a BNCC, a EA perde seu destaque e ganha o status de menção. Além disso, a EA aparece como forma de alfabetização ecológica para a população e pouco trabalhada a sensibilização humana pela natureza (SANTOS; et al, 2017). Ou seja,

As escolas se encontram em meio a esse complexo contexto global a que estamos submetidos: desenvolvimento econômico desenfreado, exploração social, aniquilação de culturas, pois tudo agora deve ser global, e levante armamentista e terrorista, como fontes lucrativas da corrida hegemônica dos países. Seria a escola capaz de promover uma sensibilização para mudanças de valores e atitudes que nos levem a refletir sobre uma nova sociedade, moldada em novos paradigmas socioeconômicos e ambientais? (BARBOSA, 2010, p. 72).

Defende-se que a Educação Ambiental deva ser trabalhada a partir da sensibilização, de modo a formar atitudes ambientais nos alunos para serem capazes de transformar o espaço vivido. Logo, conforme apontam Ferreira *et al* (2013, p. 110), “[...] a escola é o local mais apropriado para realização e implantação de um ensino participativo e ativo na construção do conhecimento que consequentemente será transmitido para toda sociedade”.

Para tanto, deve-se avaliar como a EA está sendo desenvolvida na escola e como seu processo de aquisição chega na comunidade, por meio dos órgãos competentes e até mesmo pela própria escola. Também, para além da escola, cabe assinalar que:

A formação de professores e o estabelecimento de parcerias são de extrema importância para que se faça uma EA holística e interdisciplinar, pois suscita que distintos olhares sobre a realidade sejam elaborados, além de fornecer uma ferramenta a mais para os docentes nesse trabalho. As parcerias são estratégias importantes fazendo com que as escolas estejam articuladas em redes de EA, facilitando para que tenham uma compreensão integrada e sistêmica das relações entre suas ações e as de várias instituições que atuam na busca de uma melhor qualidade de vida e um ambiente sustentável (BARBOSA, 2010, p. 87).

Igualmente, é importante reconhecer que a formação e a qualificação dos Educadores Ambientais são essenciais para o ensino. Assim sendo, defende-se a ideia de que é dever do Estado fornecer condições para que os professores possam ser qualificados continuamente, até porquê é a partir deles que o conhecimento é transmitido para os alunos. Conforme Ferreira *et al* (2013), é um grande desafio trabalhar a EA nas escolas, visto que estas não “[...] possuem profissionais especialistas na área de biologia, ecologia no seu quadro de professores, fazendo com que estes busquem timidamente o conhecimento nessa área, necessitando de uma formação continuada” (p. 115).

A busca por parcerias torna-se estratégica, visto que, espera-se que todos reconheçam a importância de executar ações de preservação e conservação do meio. A transposição de conhecimentos e as práticas ambientais realizadas em comunidades próximas às escolas devem acontecer para que a EA ultrapasse os muros das instituições de ensino.

Neste sentido, a EA é necessária e não pode ser entendida como ação isolada, visto que sozinha e sem reconhecimento pela sociedade ela se torna insuficiente. Ao atribuir à instituição escolar a tarefa de garantir a formação dos jovens para o uso sustentável dos recursos provenientes da natureza, é importante analisar como estão sendo implantadas as práticas ambientais adotadas. Assunto este que apresentaremos a seguir.

## **COMO REPENSAR A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS: PRINCÍPIOS BÁSICOS**

A Educação Ambiental brasileira mostra-se em processo de evolução constante. As Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN Lei nº 9394/1996) dispõem que seja assegurado a todos os cidadãos a compreensão do ambiente natural e social (BRASIL, 2018). As práticas ambientais atuais valorizam atividades

---

sustentáveis que façam os alunos repensarem o amanhã e ampliem atitudes que promovam uma melhor qualidade de vida.

Alunos do Ensino Fundamental - anos iniciais precisam ser motivados a participarem de ações individuais e coletivas. Para isso, princípios básicos podem ser pensados para as escolas, como as práticas locais, a capacitação dos professores e a possível inserção da Educação Ambiental como disciplina nos municípios. Além disso, é importante que caso haja iniciativas por parte do poder público municipal juntamente com as escolas, estas podem tornar-se políticas públicas de Educação Ambiental.

As instituições possuem subsídios e orientações para o desenvolvimento da Educação Ambiental em seu ambiente escolar. No entanto, torna-se necessário avaliar se o ensino da EA está causando efeitos positivos ou negativos.

A instituição escolar não deve trabalhar apenas com transmissão de conhecimentos e conceitos, é necessário, também, desenvolver atividades procedimentais e atitudinais, a partir dos problemas locais, que abordem os aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais, com ações, inclusive, fora do contexto escolar, trabalhando a conscientização ambiental individual e coletiva (LIMA; SOBRINHO, 2017, p. 09).

Desta forma, práticas ambientais realizadas para intervir em problemas locais podem surtir efeitos positivos nos alunos do Ensino Fundamental – anos iniciais. Isto porque, ele tende a agir e conhecer seu próprio espaço, analisando-o conjuntamente e formando ações que combatam ou minimizem os problemas socioambientais. O aluno deve se ver como parte do meio e entender que as ações devastadoras do mundo afetam o seu próprio espaço vivido.

Mais atual, a Base Nacional Comum Curricular (2017) valoriza as situações lúdicas de aprendizagem para os anos iniciais do Ensino Fundamental. Ela sugere que:

Tal articulação precisa prever tanto a progressiva sistematização dessas experiências quanto o desenvolvimento, pelos alunos, de novas formas de relação com o mundo, novas possibilidades de ler e formular hipóteses sobre os fenômenos, de testá-las, de refutá-las, de elaborar conclusões, em atitude ativa na construção de conhecimentos (BNCC, 2017, p. 57-58).

Espera-se que o aluno se torne um cidadão crítico, por meio do aprendizado obtido na escola. O conhecimento adquirido no Ensino Fundamental deverá ser seu alicerce para ações futuras. Neste caso, a Educação Ambiental deveria apresentar importância no âmbito escolar e auxiliar à preservação do meio ambiente, conforme apontam Ferreira et al (2013), visto que:

Momentos de ensino que permitam aos educandos a participação em ações ambientais oportunizam a vivência e experimentação de práticas que contribuem com a melhoria ambiental de suas comunidades. Praticando, estes educandos terão habilidade para reproduzir estas práticas em seu cotidiano individual, multiplicando resultados para a coletividade. No mesmo sentido, uma abordagem articulada entre as questões ambientais locais, regionais, e globais pressupõe o reconhecimento de que ações individuais e coletivas somadas colaboraram com a melhoria ambiental como um todo, desde os pequenos desafios comunitários até os grandes impasses ambientais mundiais (SANTOS; et al, 2017, p.451).

Desta forma, a participação dos alunos em práticas ambientais é essencial. Além disso, deve-se abordar tais ações para que haja o entendimento por parte do aluno do que está acontecendo. Ele deve compreender o porquê da realização da prática ambiental realizada.

Outro ponto importante é a inserção da Educação Ambiental nos currículos escolares municipais, pois, considerando sua interdisciplinaridade, o aluno deve conseguir relacionar os conteúdos aprendidos em sala. Neste caso, torna-se importante que a escola repense a ideia de inserir a EA como uma disciplina em seu contexto escolar, pois, é preciso analisar inicialmente o quadro de professores para trabalhá-la.

O que nos leva à capacitação dos professores como ponto estratégico para a Educação Ambiental. Ao verificarmos todo o processo histórico, é na escola que a EA terá papel fundamental para a transformação de uma sociedade mais sustentável. Torna-se essencial investir na formação dos professores (incluindo todas as licenciaturas), além de garantir a continuação dessas aprendizagens e, de acordo com Souza *et al* (2017), a EA no ambiente escolar é uma ferramenta valiosa, “[...] no entanto, sua ação é limitada e deve ser conjugada com políticas públicas e ações individuais e da coletividade, para de fato colaborar com a melhoria ambiental” (p. 462). Logo, a criação de políticas públicas pode ser um ponto essencial para as transformações das ações e projetos desenvolvidos pelas instituições de ensino.

Segundo Andrade *et al* (2014), devemos repensar as políticas públicas como processos complexos e dinâmicos. Os autores analisam em seu texto fases que devem ser seguidas para a efetivação de uma política pública, analisando outras referências.

**TABELA 1.** Fases para a implementação de Políticas Públicas

Referências	Fases	Descrição das fases
Heidemann (2009)	4	Decisão política de agir. Implementação da política. Satisfação das demandas dos interesses. Avaliação, objetivando a continuidade, aperfeiçoamento, reformulação ou descontinuidade.
Souza (2006) e Dye (2008)	6	Identificação do problema. Definição de agenda. Formulação da política. Legitimação da política. Gestão e implementação da política. Avaliação da política.
Frey (2000)	5	Percepção e definição de problemas. Definição da agenda. Elaboração de programas e decisão. Implementação de políticas. Avaliação da política e eventual correção da ação.

**Fonte:** ANDRADE; et al (2014, p. 823).

Conforme destaca Andrade et al (2014), a referência utilizada de Frey (2000) reconhece três fases comuns a todos “[...] a formulação, a implementação e o controle dos impactos da política” (p. 823). Nesta perspectiva, entende-se que desenvolver políticas públicas demanda de muito conhecimento e que existem diversas maneiras para sua criação (Cf. Figura 2).

**FIGURA 2** - Descrição do Ciclo das Políticas Públicas em Educação Ambiental

Fonte: ANDRADE *et al.* (2014, p. 828).

A Figura 2 demonstra o ciclo que deveria ser seguido para a criação de políticas públicas em Educação Ambiental. O ponto essencial destacado é o diálogo por meio de Comunidades Interpretativas e de Aprendizagem (CIA's) para o desenvolvimento das Políticas Públicas. Além disso, “[...] é importante que as conversas não ocorram de forma imediata, mas ao longo do amadurecimento do grupo” (ANDRADE *et al.*, 2014, p. 828).

O Estado deve garantir o bem-estar social de sua população e, dessa forma, ao analisar as ações desenvolvidas por meio da EA nas instituições de ensino, podemos repensar na criação de políticas públicas, visto que estas proporcionam uma melhor qualidade de vida em suas comunidades, e além disso, são maiores as possibilidades de alcance a toda população.

## PRÁTICAS EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO FUNDAMENTAL

O município analisado possui um Projeto Educativo Ambiental que abrangem além das escolas de sua responsabilidade até as estaduais. Todavia, a análise apresentada neste artigo enquadra somente os anos iniciais do Ensino Fundamental, registrados em relatórios realizados no período de 2016-2017. Neste município, a Educação Ambiental é disciplina obrigatória nos currículos do Ensino Fundamental – Anos Iniciais. Desta forma, torna-se necessário revisar as práticas ambientais realizadas e avaliar os objetivos propostos e alcançados por elas.

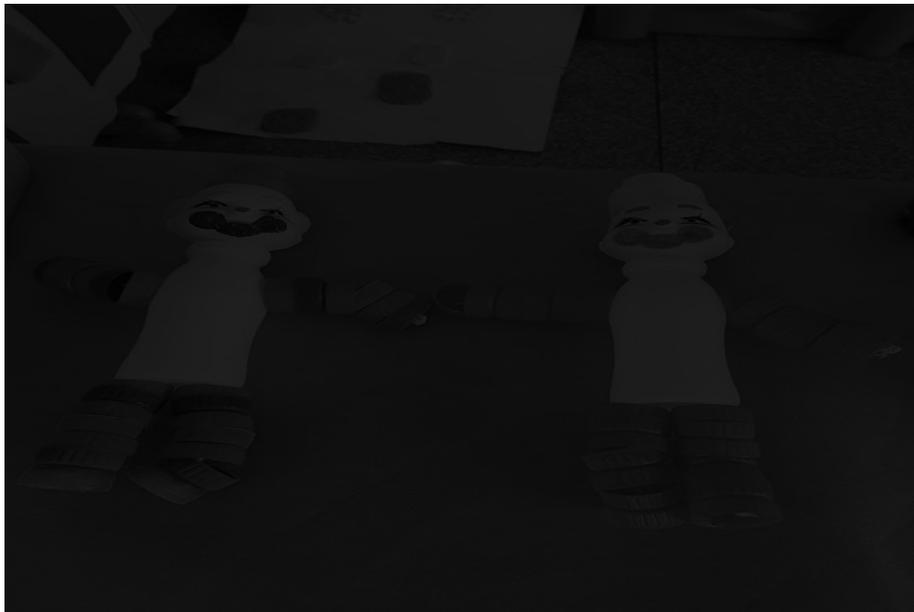
Nesta perspectiva, apresentamos as análises de duas práticas ambientais com impacto negativo e uma com impacto positivo. A primeira prática trata-se da elaboração de brinquedos, a partir de materiais recicláveis. Essa ação é comum nas escolas municipais e estaduais.

Conforme Martins *et al.* (2014, p. 53), “[...] a confecção de brinquedos reciclados poderá contribuir para a interatividade e sociabilidade das crianças, além de desenvolver a percepção de capacidade de confeccionar os próprios brinquedos”. Mesmo que contribua com a interatividade e sociabilidade das crianças, esquecesse que são materiais recicláveis utilizados.

Desta forma, os materiais que podem ser reciclados são confeccionados em brinquedos que em sua maioria são deixados de lado após o desenvolvimento da atividade. E, ao avaliar essa prática, nota-se que os professores utilizam o termo “reutilizar” para a elaboração dos brinquedos. No entanto, acredita-se que a reutilização deve ser feita com materiais que não podem ser reciclados, além disso, os mesmos utilizam tinta, cola e até mesmo compram produtos que não possuíam para confeccionar seus brinquedos.

O que pode gerar mais problemas, uma vez que, muitos produtos precisam estar limpos para serem reciclados (Cf. Figura 3).

**FIGURA 3.** Confeção de brinquedos



**Fonte:** acervo próprio da autora (2020).

Nesta perspectiva, espera-se que os professores avaliem quais os resultados após a realização da prática, questionando-se realmente se o aluno faz uso desse brinquedo. Além disso, sabendo que um dos principais problemas enfrentados hoje diz respeito a excessiva produção de lixo e ao seu descarte incorreto, o professor pode trabalhar um espaço para repensar e reduzir a quantidade de materiais utilizados tanto pelos alunos em casa, como na escola.

A segunda prática considerada negativa refere-se à revitalização dos muros das escolas por meio da pichação ou pintura com tinta (Figura 4). Dentro do projeto analisado, muitas escolas fazem a pintura de seus muros com desenhos. No entanto, mesmo que deixe o ambiente escolar mais aconchegante e bonito, não se avalia como uma prática educativa ambiental.

O grande problema está nas escolas que a inserem como uma ação de Educação Ambiental, mas seu propósito e objetivo não atinge o conceito ambiental. Da mesma forma, a própria comissão do projeto não analisa profundamente todas as práticas, seus objetivos e impactos (positivos e negativos).

**FIGURA 4.** Pintura de muro realizada em uma escola do município analisado

**Fonte:** acervo próprio da autora (2020).

A atividade avaliada como positiva diz respeito as ações que envolvem o social e o ambiental, como a arrecadação de roupas, calçados e brinquedos não mais utilizados (Cf. Figura 5), que posteriormente serão destinados para a criação de bazares juntamente com a comunidade próxima da escola. Essa ação, além de ajudar a população mais carente, faz com que muitos itens não parem em ambientes inadequados, solucionando assim um dos problemas enfrentados que é o descarte incorreto desses produtos.

**FIGURA 5 -** Bazar promovido por uma escola municipal

**Fonte:** acervo próprio da autora (2020).

A ação envolve toda a escola (funcionários, professores, alunos) e sua comunidade, possuindo como objetivo o reaproveitamento dos itens que podem ser adquiridos no bazar, beneficiando a todos. A atividade ajuda o aluno a pensar no próximo, uma vez que por meio da Educação Ambiental espera-se que os discentes

criem atitudes e valores que transformem não somente o meio ambiente mais sustentável, mas que a sociedade saiba conviver e repensar no próximo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Ambiental é um meio importante para a construção de um mundo mais sustentável. Nesta perspectiva, ao analisar as práticas e como é inserida a EA no município em questão pode-se avaliar que é necessário repensar em políticas públicas. As ações e práticas já são realizadas por meio de um projeto com o poder público, o que favorece a criação de uma Políticas Públicas, o que também irá ter um alcance maior dentro da sociedade.

Dentre os princípios analisados observa-se ainda que a formação continuada de professores também deve ser um meio importante a se pensar. Atividades que envolvam o diálogo entre todos os professores sobre as práticas realizadas e suas contribuições ou impactos devem ser avaliadas em conjunto. Espera-se, assim, que repensem suas ações e seus reais objetivos.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, D. F. et al. Da pedagogia à política e da política à pedagogia: uma abordagem sobre a construção de políticas públicas em Educação Ambiental no Brasil. **Ciência e Educação**, Bauru, v. 20, n. 4, p. 817-832, 2014.

BARBOSA, G. S. Olhares sobre a Educação Ambiental na escola: as práticas e as estratégias educativas de implementação. **Revista Educação em Foco**, Juiz de Fora/MG, v.14, n.2, p.71 – 93, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério do Meio Ambiente. **Educação Ambiental por um Brasil sustentável: ProNEA, marcos legais e normativos**. Ministério do Meio Ambiente – MMA, Ministério da Educação – MEC. - Brasília, DF: MMA, 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: [http:// www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm). Acesso em 15 de jan. de 2022.

DYE, T. R. **Understanding public policy**. 12. ed. New Jersey: Pearson Prentice Hall, 2008.

FERREIRA, J. E. et al. A Importância da Educação Ambiental no Ensino Fundamental. **Revista Brasileira de Educação e Cultura**, nº VII, p. 104-119, 2013.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 21, p. 211-259, jun. 2000.

HEIDEMANN, F. G. Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. In: HEIDEMANN, F. G.; SALM, J. F. (Org.). **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília: UNB, 2009. p. 23-39.

LIMA, G. A. O.; SOBRINHO, D. M. S. **Educação Ambiental nos anos iniciais do ensino fundamental**. 2017.

MARCATTO, C. **Educação Ambiental: conceitos e princípios**. 1 ed. Belo Horizonte: FEAM, 2002.

MARTINS, N. M. et al. Projeto catatuê: confecção de brinquedos com uso de material reciclável: ensino-aprendizagem e atividades lúdicas. **Realização**, Dourados, MS, v.1, n. 2, p. 50-59, 2014.

---

SANTOS, V. S. et al. O que indica a legislação brasileira para a Educação Ambiental: práticas de sensibilização ou proposição de ações que contribuem com o meio ambiente. In:GANZER, A. A. *et al.* **Educação Ambiental e meio ambiente em pauta**. Novo Hamburgo: Feevale, p. 441 – 463, 2017.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul.dez. 2006.

